

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
REGIONAL CENTRO-NORTE

Boletim Regional

Caras/os associadas/os,

Nesta edição do boletim, trazemos um editorial sobre os cortes orçamentários para a ciência brasileira e nossa nota de repúdio à censura do ministro da educação à disciplina de graduação do prof. Luis Felipe Miguel (Instituto de Ciência Política – UnB). Também trazemos notícias sobre a participação de estudantes da regional na IPSA-USP Summer School, sobre a atuação de colegas da regional em pesquisas destacadas nacionalmente, informes sobre eventos, chamadas e lançamentos do Centro-Norte e apresentamos o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, que é um dos mais longevos da nossa área no Centro-Norte, ao lado do PPG em Relações Internacionais da mesma universidade. Fechamos o boletim com uma entrevista com a Profa. Dra. Dolores Silva, atual coordenadora do PPGCP-UFGA e pesquisadora da área de estudos legislativos e políticas públicas.

Saudações cordiais,

Danusa Marques – diretora regional

Francisco Mata Machado Tavares – vice-diretor regional

João Paulo Saraiva Leão Viana – secretário executivo regional

1. Editorial: A Ciência Política do Norte e do Centro-Oeste em Tempos de Crise

A produção científica brasileira vive um momento de seríssima crise. Este contexto é especialmente grave em regiões como o Norte e o Centro-Oeste – prejudicadas por instituições e tradições sudestecêntricas – e em áreas do saber como as humanidades – usualmente entendidas como campos do conhecimento pouco relevantes para o desenvolvimento nacional ou para a produção de descobertas que impactam positivamente a vida cotidiana. As/os filiados/as da ABCP Centro-Norte têm, portanto, três nobres desafios para este ano de 2018: defender a ciência, combater as desigualdades regionais e lutar pelo esclarecimento de toda a sociedade quanto à importância do saber humanístico.

A crise da ciência nacional se desdobra, em grande medida, em um regime fiscal orientado à supressão dos recursos destinados aos direitos de cidadania e às políticas públicas que os viabilizem, em favor de uma priorização sem mediações do adimplemento do serviço da dívida pública. A Emenda Constitucional 95/2015 instituiu, levando este cenário ao paroxismo, a mais intensa medida de austeridade da história recente dos países capitalistas, ao dispor constitucionalmente sobre um teto vintenário de gastos primários, não mitigável nem mesmo em caso de expansão demográfica ou crescimento econômico. Esta medida já se projeta na peça orçamentária aprovada pelo Congresso em 13 de dezembro de 2017, a dispor sobre um corte de 25% no já exíguo orçamento de ciência e tecnologia determinado para o exercício anterior.

Como se sabe, a ciência brasileira é produzida, em sua quase totalidade, com recursos públicos. Apesar dos atraentes incentivos para que o empresariado invista em inovação e tecnologia (previstos em instrumentos como a Lei 11.195/2005), esta classe costuma optar por outros caminhos em suas decisões gerenciais, como o da alta rentabilidade associada ao mínimo esforço que os títulos da dívida pública lhe asseguram. Assim, sem investimento do

Estado, a ciência brasileira pode estar sob iminente ruína, como advertiram respeitáveis associações – como a Academia Brasileira de Ciências, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – em documento divulgado ao final do último ano.

Esse quadro aflige de modo ainda mais intenso as regiões não centrais do Brasil. Em que pese a ímpar relevância de se estudar uma miríade de temas como os problemas e as potencialidades das nossas fronteiras, a questão indígena, os aspectos políticos e os processos decisórios associados às grandes obras na Amazônia, dentre inúmeros outros, o Centro-Oeste e o Norte do país não recebem a mesma estima e os mesmos recursos destinados ao Sul e ao Sudeste. Com efeito, desde elementos simbólicos, como a avaliação dos periódicos aqui editados pelos parâmetros Qualis-CAPES, até a distribuição material de recursos como os de bolsas de produtividade, a prevalência das regiões hegemônicas evidencia uma lógica geográfica colonial na ciência brasileira. Sob um quadro de crise geral, os estados representados pela ABCP Centro-Norte tendem a sofrer o cenário de penúria ainda mais intensamente.

As seletividades da ciência brasileira não são apenas territoriais. O conhecimento humanístico, especialmente em tempos de perecimento do regime democrático, tende a ser desqualificado como epistemicamente inferior, metodologicamente frágil e socialmente enviesado segundo dogmas ideológicos.

Estas leituras, aliás, não raramente se projetam entre as/os próprios/as praticantes de ciências humanas, que acreditam ser mais consistentes à medida em que efetivam alguma mímese da estatística ou das ciências naturais, exatamente como uma colônia que espera ser independente e obter reconhecimento ao representar com exatidão os hábitos e costumes da metrópole. No momento em que o mundo se dedica a compreender cientificamente como as democracias acabam, traduzindo com rigor e com fundamentos teóricos e metodológicos os perigos do obscurantismo, as

humanidades podem se tornar não apenas indesejáveis, mas ameaçadoras ao *status quo*. Sob um quadro de recursos minguantes, áreas como a ciência política tendem a ser as primeiras a sofrerem os inevitáveis cortes e supressões.

Este será o nosso desafio em 2018. A ABCP Centro-Norte estará comprometida em vocalizar os anseios de cada cientista brasileira/o que se ergue pela democracia, pelo financiamento público das pesquisas, pela redução das desigualdades regionais e pela valorização do conhecimento científico humanístico. Contem conosco. Seguimos juntas/os!

2. Nota de repúdio

A Diretoria Centro-Norte da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP Centro-Norte repudia o processo de perseguição ao pensamento crítico contra o professor Luis Felipe Miguel, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, que representa as ameaças à liberdade de cátedra de todos/as os/as cientistas políticos/as que atuam em instituições de ensino brasileiras.

Em 21 de fevereiro de 2018, um site de notícias publicou uma matéria sobre a disciplina optativa de graduação que o professor Luis Felipe Miguel ofertará no primeiro período letivo de 2018 na Universidade de Brasília: “Tópicos especiais em Ciência Política: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”. A matéria repercutiu em outros veículos de mídia, causando uma falsa polêmica sobre a possibilidade de abordar academicamente o processo de instabilidade democrática sob a denominação de golpe, que teria unicamente, segundo o Ministro da Educação, Sr. Mendonça Filho, o objetivo de aparelhar a universidade e partidarizar o ensino público brasileiro.

Esse evento mostra um evidente desconhecimento das profícuas discussões acadêmicas em curso na nossa disciplina há pelo menos dois anos, ignorando uma parte significativa e muito séria da Ciência Política brasileira que desde

2016 analisa a situação pela qual passa o país atualmente como um golpe de Estado, não sem marcados interlocutores discordantes.

Faz parte da vocação da Ciência Política a preocupação com os fenômenos políticos de forma ampla, diversa, inclusiva e livre. A liberdade de cátedra é uma prerrogativa do trabalho docente porque permite a diversidade de ideias, a contraposição de argumentos e a construção de um campo crítico de conhecimento. Construir uma discussão acadêmica desde a aberta perspectiva do/a pesquisador/a, como os próprios debates das ciências sociais sobre epistemologia e metodologia nos indicam, é um ponto de partida imprescindível para a construção do diálogo na área, dado que todo conhecimento (científico ou não) carrega seu viés.

O curso ofertado pelo professor Luis Felipe Miguel, reconhecido pesquisador da Ciência Política brasileira e um dos professores mais produtivos em termos de publicações da nossa regional, está ancorado em muitas discussões centrais da área, como se vê na sua sugestão preliminar do programa de curso: <http://www.demodc.unb.br/images/ementas/Tpicos%20Golpe.pdf>.

A resposta autoritária do Ministro da Educação, Sr. Mendonça Filho, criticando a proposta de curso do professor Luis Felipe Miguel na imprensa (<https://www.poder360.com.br/brasil/ministerio-da-educacao-prepara-acao-contra-curso-do-golpe-de-2016-da-unb/>), desrespeita os fundamentos da liberdade de cátedra e da autonomia universitária no Brasil e ameaça o desenvolvimento científico da nossa área de atuação. Ao afirmar que “[e]stá claro que não houve base científica na criação desse curso. Contraria as boas práticas da educação. Alguém não pode ter uma ideia ou uma opinião e simplesmente oferecer dentro de uma universidade 1 [sic] curso”, o Ministro mostra desconhecimento do estado da arte da Ciência Política brasileira, falta de cuidado com as boas práticas de educação, confusão entre opinião infundada e argumento científico e também ameaça a construção de um debate de ideias crítico e diverso no país. O Ministério da Educação, em vez de fomentar as boas condições de trabalho nas instituições federais de ensino superior, nos últimos anos vem impondo um contexto de cortes orçamentários

e limitações que está nos levando ao sufocamento da universidade pública, gratuita e de qualidade no Brasil, assim como da ciência brasileira.

Brasília, Goiânia e Porto Velho, 22 de fevereiro de 2018.

3. Mestranda do PPGCP-UFPA também foi contemplada com bolsa de estudos para participação na IPSA-USP Summer School 2018

A participação de estudantes de pós-graduação do Centro-Norte na IPSA-USP Summer School 2018 foi reforçada pela concessão de uma bolsa para Natália Seabra dos Santos, mestranda do PPGCP-UFPA. Ao lado de Maricilene Baia, doutoranda do PPGCP-UnB, Natália, segunda colocada no sorteio realizado em 11 de dezembro de 2017, também foi contemplada com financiamento para sua participação.

A bolsa é financiada pela IPSA-USP Summer School e pela FAPESP e o sorteio da concessão da bolsa foi transmitido online pela nossa [página no facebook](#).

Agradecemos à IPSA-USP Summer School pela oportunidade às estudantes da regional, em especial à profa. Lorena Barberia, coordenadora da Summer School!

4. Apresentação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (PPGCP-UnB)

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (PPGCP-UnB) é um dos mais antigos da nossa regional, com o início do Mestrado em Ciência Política em 1984.

A consolidação da Ciência Política na UnB começou com a linha de pesquisa de Sociologia Política do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, criado em 1970. Alguns dos nomes ligados a essa primeira fase da disciplina na UnB são Gláucio Soares, Alexandre Barros, José Carlos Brandi e David Fleischer – este último, professor emérito da Universidade de Brasília e ainda atuante no PPGCP-UnB. Nesse momento, a atuação desses professores se dava no Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento e nas disciplinas de graduação da habilitação em Ciência Política do bacharelado em Ciências Sociais.

A história da Ciência Política na UnB também se mescla com a história das Relações Internacionais na universidade, remontando à criação do curso de graduação em Relações Internacionais em 1974, ainda sob o Instituto de Ciências Humanas (IH). Em 1976, é criado o Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, fortalecido por um convênio com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) que levou à UnB diversos diplomatas acadêmicos e, em 1983, se iniciou a movimentação para a fundação dos dois programas de Mestrado, em Ciência Política e em Relações Internacionais, que começaram seu funcionamento já no primeiro semestre letivo de 1984. Desde 1982, o então Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais passara a integrar a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FA), deixando o Instituto de Ciências Humanas. Esse momento é muito importante para a nossa área de atuação e para a UnB: o PPGRI-UnB foi o primeiro programa de pós-graduação em Relações Internacionais do Brasil e o PPGCP-UnB, um dos primeiros do país.

Os anos iniciais do Mestrado em Ciência Política foram marcados por uma expansão muito grande de seu alcance e importância. Em 1987 e 1989, duas doações da Fundação Ford foram fundamentais para a promoção de eventos acadêmicos, investimentos e aumento do acervo de Ciência Política e Relações Internacionais na Biblioteca Central (BCE) da UnB. Outra inovação fundamental promovida pela UnB foi a criação do primeiro curso de graduação em Ciência Política do Brasil, em 1989.

Em 1994, uma decisão do Conselho Universitário (Consuni) oficializou a separação das áreas em dois departamentos, sob um mesmo instituto. Era, então, criado o Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais (IPR), constituído pelo Departamento de Ciência Política e pelo Departamento de Relações Internacionais. Essa organização vigorou até 2002, quando o IPR foi dissolvido e chegou-se à configuração atual: o Instituto de Ciência Política (IPOL) e o Instituto de Relações Internacionais (IREL).

O Mestrado em Ciência Política da UnB sempre foi marcado pela oferta de um programa *stricto sensu* importante não apenas para o campo acadêmico, mas também com um intercâmbio grande com o serviço público federal. Pode-se dizer que desde a fundação uma das suas vocações foi a formação e qualificação de quadros da burocracia estatal, o que se refletiu no perfil dos seus egressos.

A movimentação para a criação de um Doutorado em Ciência Política no PPGCP-UnB se iniciou em 2006, sob a direção de Lucia Avelar, fruto da coordenação de um conjunto de professores/as muito diverso e comprometido com a inovação no programa. O Doutorado foi implementado no primeiro semestre de 2008 e, desde então, o fortalecimento do PPGCP-UnB é expressivo. Não apenas o programa manteve seu caráter de forte intercâmbio com a burocracia estatal – em enquete recente, a coordenação do programa contabilizou mais de 50% dos seus egressos em posições em órgãos públicos, a maioria egressa do Mestrado, que completou 34 anos em 2018 –, mas também aumentou sua capilaridade e aprofundou sua presença no próprio campo acadêmico.

Atualmente o programa oferece uma formação acadêmica forte e diversificada, em articulação com importantes atividades de pesquisa e extensão e com o curso de graduação em Ciência Política. Se antigamente era ofertado um currículo unificado, em 2011 houve uma reorganização do programa em duas linhas de pesquisa, muito baseadas na experiência dos grupos de pesquisa do IPOL: “Democracia e Sociedade” e “Política e Instituições”.

O trabalho conjunto do PPGCP-UnB com os grupos de pesquisa ([CIVES – Grupo de Pesquisa Cidadania, Identidades e Valores Políticos](#); [Demodê – Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades](#); [LAPCIPP- Laboratório de Pesquisa em Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas](#); e [RESOCIE – Grupo de Pesquisa Repensando as Relações entre Sociedade e Estado](#)) têm sido fundamental para sua consolidação, o que se refletiu na ascensão do programa na avaliação trienal/quadrinial da Capes: desde a criação do Doutorado, em 2008, com nota 4, na última avaliação quadrinial o programa foi avaliado como nota 6.

Atualmente o PPGCP-UnB tem mais de 100 alunas/os, entre mestrandos/as e doutorandos/as, mantendo uma forte ligação com o serviço público e também fortalecendo um perfil discente acadêmico. Esse processo de crescimento do programa foi possível graças ao empenho do Instituto de Ciência Política, entre 2008 e 2015 sob direção de Marilde Loiola de Menezes, conseguindo sua expansão com a contratação de novos/as docentes de diversas áreas da Ciência Política, o que garantiu dinamismo ao programa; com o fortalecimento das atividades coletivas de pesquisa, resultado da multiplicação dos grupos de pesquisa; com a mudança para um novo edifício (compartilhado com o Instituto de Relações Internacionais), que garantiu boas condições de trabalho para a comunidade acadêmica; e com a refundação da Revista Brasileira de Ciência Política, em 2009, uma empreitada de sucesso na construção de uma publicação plural para a Ciência Política brasileira, atualmente Qualis B1 na área de Ciência Política e Relações Internacionais.¹

¹ Agradecemos imensamente à professora Rebecca Abers, atual coordenadora do PPGCP-UnB, pelas detalhadas informações que nos passou sobre a história do programa.

5. Informes sobre projetos, eventos públicos e lançamentos de livros

I Encontro Nacional da Nova Rede de Pesquisas em Feminismos e Política – 26 a 28 de fevereiro, UnB

Aconteceu em Brasília, entre 26 e 28 de fevereiro de 2018, o I Encontro Nacional da Nova Rede de Pesquisas em Feminismos e Política. A proposta do evento é articular pesquisadoras em começo de carreira que trabalham com o debate sobre gênero, feminismos e política. Seu objetivo é dar visibilidade a temáticas, abordagens teóricas e empíricas emergentes no campo da Ciência Política, como uma estratégia de interlocução entre pesquisadoras dispersas geográfica e institucionalmente que, no entanto, vêm consolidando agendas de pesquisas convergentes e ainda pouco conhecidas ou difundidas na Ciência Política brasileira. Mais informações em <https://pt-br.facebook.com/events/157441621716496/>.

Palestras do 8 de março – Dia Internacional da Mulher – 5 e 9 de março, UnB

Na semana do dia 8 de março, dia internacional da mulher, haverá um ciclo de palestras organizado pela Embaixada da França, pelo Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê-UnB), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem-UFMG) e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UnB. Haverá tradução simultânea para o português nas duas palestras, que serão realizadas no Auditório do IPOL/IREL.

5 de março (segunda-feira), às 17h:

"Ética e política do cuidado"

Prof^a Patricia Paperman - Universidade de Paris 8 e Laboratório de Estudos de Gênero e de Sexualidade (LEGS)

9 de março (sexta-feira), às 10h:

"Os desafios do combate à violência contra a mulher"

Prof^a Alice Debauche – Institut National D'Étude Démographiques (INED)

Fórum Alternativo Mundial da Água – 17 a 22 de março, Brasília

O 8º Fórum Mundial da Água acontecerá entre os dias 17 e 23 de março, em Brasília. Paralelamente a ele, entre 17 e 22 de março, será realizado o Fórum Alternativo Mundial da Água - FAMA, organizado pela sociedade civil. As atividades do FAMA acontecerão na Universidade de Brasília e no Parque da Cidade. Há cientistas políticos/as da regional convidados/as para participação no FAMA, como a Prof^a Rebecca Abers, da UnB.

Concurso de Artigos do VII Fórum de Direito Constitucional e Administrativo Aplicado aos Tribunais de Contas – de 20 a 27 de março, TCE-RO

Seleção de artigos científicos inéditos de assuntos correlatos às atividades das Cortes de Contas sobre temas de atuação relativos ao espaço de competência e atuação institucional dos Tribunais. O período para submissão do artigo será dia 20/3/2018, a partir das 08h30min, a 27/3/2018, até às 23h59min, exclusivamente na plataforma da Escola Superior de Contas. Mais informações em http://www.tce.ro.gov.br/nova/licitacao_edital_get.asp?id=16601.

IV Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades – 22 e 23 de março, UnB

O Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, promovido pelo Demodê – Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades, chega à sua quarta edição este ano, trazendo debates entre diversas gerações de pesquisadores/as sobre os desafios da democracia frente às desigualdades, as

experiências do Sul global, os ativismos de esquerda no Brasil e a relação entre austeridade fiscal e submissão da democracia ao poder econômico.

A programação preliminar do IV Simpósio do Demodê pode ser conferida em <https://pt-br.facebook.com/Demode.lpol.UnB/posts/1472533436207450>.

Lançamento de livro: Flávia Biroli – 22 de março, Brasília

O lançamento do novo livro de Flávia Biroli, *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil* (Boitempo Editorial, 2018), será realizado no dia 22 de março, às 18h30, no café Objeto Encontrado, em Brasília. Nesse livro, a professora do Instituto de Ciência Política da UnB explora diversas questões em sua relação com a desigualdade de gênero: a divisão sexual do trabalho, as questões sobre cuidado e responsabilidades, a família e a maternidade, o debate sobre aborto, sexualidade e autonomia e os feminismos e a atuação política.

Celi Pinto (UFRGS) nos apresenta, na orelha do livro, a nova obra de Flávia Biroli indicando como ela é central para o atual debate sobre as limitações à democracia: “Há livros que são importantes para a discussão acadêmica e para os movimentos sociais, mas há outros que são mais do que importantes, são absolutamente essenciais, como é o caso de *Gênero e Desigualdades*, de Flávia Biroli. Em uma linguagem refinada, precisa e clara, a autora examina temas fundamentais dos direitos das mulheres, do feminismo e da democracia brasileira, todos tão ameaçados nos tempos atuais”.

Chamada para publicação: Revista Inclusão Social – até 30 de março

A Revista Inclusão Social é uma publicação semestral (ISSN 1808-8392) e de formato eletrônico (ISSN 1808-8678) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). O objetivo da revista é publicar estudos originais sobre os diversos aspectos relacionados ao tema da inclusão social dos cidadãos na sociedade da informação. Até 30 de março de 2018 está aberto o prazo para recebimento de artigos para o número especial, que será

disponibilizado ao público em setembro de 2018. Para esse número especial, serão aceitos trabalhos que se relacionem a seguinte temática: "Trabalho, migração e inclusão social em regiões de fronteira". O organizador será o professor da Universidade Federal de Roraima Roberto Ramos Santos. Doutor em Ciência Política pela USP, professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia/UFRR e membro da Associação PanAmazonia e do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Serão admitidos trabalhos em português, espanhol e inglês e a confirmação de publicação será enviada, por e-mail, aos autores que tiverem artigos aceitos. Todas as informações sobre envio de artigos e normas para publicação serão disponibilizadas pelo organizador do número especial no e-mail: roberto.ramos@ufrr.br.

Chamada para publicação: Revista Sociedade e Cultura – até 15 de abril

A revista Sociedade e Cultura torna pública a chamada de artigos para o Dossiê "Pagamento Por Desempenho (P4P/ PBF): Formulação, Implementação e Sucesso da Política", organizado por Fabiana da Cunha Saddi (UFG), Stephen Peckham (University of Kent, Inglaterra) e Pedro dos Santos Mundin (UFG). A publicação está prevista para o Volume 21, Número 2, 2º semestre de 2018.

O dossiê reunirá artigos acadêmicos que efetuem análises políticas, de política pública e de sistemas de saúde sobre a formulação, implementação e impacto de programas de pagamento por desempenho (P4P / PBF) no Brasil (PMAQ) e em outros países de renda baixa e média (LMICs), empregando diversas teorias e métodos.

Manuscritos devem ser submetidos somente para o e-mail específico desta chamada (specialissue.p4plmic@gmail.com). Não serão aceitas submissões de artigo para o dossiê pelo site da revista. O prazo final para submissão de artigos é 15 de abril de 2018.

6. Divulgação e repercussão das pesquisas acadêmicas do Prof. Dr. Marcelo da Silveira Campos (UFGD), sobre o tema das políticas de segurança pública

O professor Marcelo da Silveira Campos, docente da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD), é participante de grupos de pesquisa nacionais que estudam políticas de segurança pública, com enfoque especial sobre a violência que resulta do complexo sistema de tráfico, consumo e políticas de enfrentamento ao uso abusivo de drogas, no Brasil e no exterior.

Recentemente, duas publicações científicas de grande relevância na área da Sociologia publicaram artigos escritos por Marcelo Campos, em co-autoria com outros pesquisadores da área. Para o professor da UFGD, é muito importante que publicações relevantes passem a dar visibilidade ao tema das drogas no Brasil a partir de uma perspectiva sociológica e política. Ao analisar dados quantitativos de instituições de justiça criminal do estado de São Paulo, Campos percebeu que a Lei 11.343 de 2006, popularmente chamada de “nova lei de drogas”, aumentou o número de pessoas incriminadas como traficante. No entanto, essa nova lei não conseguiu coibir de forma satisfatória o tráfico e a violência, porque a lei permitiu que muitos usuários ou pequenos comerciantes (pessoas que vendem pequenas quantidades de drogas para o sustento do próprio uso abusivo) passassem a ser consideradas como traficantes pelos agentes policiais e órgãos de justiça.

Os dados levantados na pesquisa de Campos apontam que a lei de 2006 vem sendo aplicada de forma desigual. Por exemplo: se uma pessoa está nas ruas de São Paulo fazendo uso de drogas e é abordada pela polícia, ela terá maior probabilidade de ser considerada como traficante quanto menos escolarizado for. Quanto mais anos de estudo tiver, maior a chance dessa pessoa ser considerada usuária. “Parece óbvio quando a gente fala isso, mas trata-se de um dado objetivo, um dado científico muito importante, que a gente prova por

meio de um modelo matemático de regressão”, diz Campos. Dessa maneira, a política bélica de enfrentamento ao consumo e comércio de drogas se torna ineficaz e cada vez mais violenta. Como possível solução para essa situação de desigualdade e injustiça, Campos aponta para o enfrentamento desse problema não apenas como uma questão policial ou de saúde, mas principalmente como uma questão social.

Julgamento no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou por duas vezes a votação do recurso extraordinário 635.659, com o tema da descriminalização do porte de drogas. Até o momento, três ministros votaram a favor de que os usuários de drogas não sejam incriminados.

Apesar de terem argumentos diferentes entre si, os ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes e Roberto Barroso votaram favoravelmente à descriminalização por entender que o papel do Estado é desestimular o uso de drogas, o que não é o resultado das políticas de repressão no modelo “guerra às drogas”: o número de pessoas presas e incriminadas está aumentando, sem conseguir de fato acabar com o tráfico de drogas. Um artigo da pesquisa do professor Marcelo Campos foi citado por um dos ministros, ao embasar seu voto favorável à descriminalização do uso de drogas.

O dossiê “[Drogas e sociedade em uma perspectiva comparada](#)”, organizado por Marcelo Campos em parceria com Paulo Fraga (UFJF) e Marcos César Alvarez (USP), foi publicado no volume 29, número 2, da revista Tempo Social.

Outra publicação importante de Campos sobre o tema compõe o livro “[Sociologia Brasileira hoje](#)”, organizados pelos professores Sergio Miceli (USP) e Carlos Benedito Martins (UnB), lançado no 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em 2017. “Tive a honra de escrever o balanço bibliográfico sobre as pesquisas a respeito da violência. Trata-se de uma das publicações mais

importantes de minha carreira”, avalia Marcelo Campos, que escreveu o capítulo em parceria com Marcos César Alvarez (USP).²

7. Entrevista: Profa. Dra. Dolores Silva (UFPA)

A professora Maria Dolores Lima da Silva, da Universidade Federal do Pará (UFPA), coordena atualmente o Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPA, único mestrado acadêmico da área na região Norte. Graduada em Ciências Sociais pela própria instituição, cursou o mestrado e o doutorado em Ciência Política no IUPERJ. Pesquisadora da área de instituições políticas e políticas públicas, Dolores Silva nos concedeu essa entrevista direto de Belém, na qual falou sobre sua trajetória acadêmica, seus interesses de pesquisa na temática ambiental no âmbito dos estudos legislativos, a relevância e os desafios da Ciência Política no Pará e na Amazônia, entre outros temas.

ABCP Centro-Norte: Conte-nos um pouco de sua trajetória acadêmica.

Dolores Silva: Ingressei no curso de Ciências Sociais aos 18 anos, sabendo apenas que gostava de refletir sobre problemas sociais. Saí do interior do estado e estudei sempre em escola pública, as discussões mais críticas sobre desigualdades sociais e políticas que até então tinha contato foram fomentadas, fundamentalmente, a partir da perspectiva progressista de alguns membros da igreja católica que coordenavam a escola em que estudei. Ao longo do curso de graduação essa “simpatia” pela análise do social se aprofundou ao ter contato com as teorias que fundamentam as três grandes áreas que formam o núcleo do curso de Ciências Sociais. Fui bolsista de pesquisa durante a graduação e fiz dois cursos de especialização, quando então defini com clareza a área de Ciência Política para me especializar. Em 1996 fui contratada como professora substituta de Ciência Política e, para

² Fonte: Assessoria de Comunicação da UFGD, com informações de Marcelo Campos.

minha sorte, foi aprovado o curso interinstitucional de mestrado em Ciência Política com o IUPERJ. Nesse meio tempo passei de substituta à professora efetiva da UFPA e, concluído o mestrado interinstitucional, fui fazer o doutorado no IUPERJ-RJ.

ABCP Centro-Norte: Por que a escolha pelo tema de pesquisa na área de instituições políticas, especificamente nas relações executivo-legislativo?

Dolores Silva: Cheguei aos estudos dessa área por conta do acaso. Meu interesse era estudar as questões ambientais na Amazônia e ingressei no mestrado com uma proposta que se encaminhava para a área de relações internacionais. Durante o curso, no contato com os professores foi se firmando o caminho da análise da produção de leis ambientais no Legislativo. E essa perspectiva se mostrou muito gratificante, pois alargou minhas perguntas sobre o universo das relações de poder, minha curiosidade pela investigação da diversidade de interesses em competição nas arenas institucionais e pela complexidade das coalizões que se formam nessas arenas. A busca de respostas para essas questões, seja em reflexões na sala de aula ou por atividades de pesquisa, exponenciou meu interesse pelo universo da política. A meu ver, ao refletir sobre política e instituições o cientista político não pode prescindir das contribuições sócio-antropológicas e vice-versa. A área de instituições políticas, que parece fechada para alguns analistas, para mim constitui o cenário onde se pode refletir sobre limites e possibilidades para viabilização de relações sociais e políticas menos desiguais.

ABCP Centro-Norte: Como é ser uma profissional mulher na Ciência Política, em uma região onde a área é ainda incipiente?

Dolores Silva: Não posso fazer uma comparação acurada da “profissional mulher na Ciência Política” dos grandes centros com a profissional que atua onde a área é incipiente, como na Amazônia. Pelo simples fato de que para garantirmos nossa existência enquanto Programa de pós-graduação

enfrentamos os limites do que está institucionalizado como produção acadêmica válida e isso atinge homens e mulheres que trabalham fora dos grandes centros e que desejam trabalhar com temáticas regionais, por exemplo. É certo que a mulher se afirma no mundo social quando se destaca profissionalmente, dessa forma estar atuando dentro de estruturas rígidas a definir o que é produtividade válida acaba por impactar esse caminho de autoafirmação feminina. A despeito das grandes cientistas políticas que temos no Brasil, não é estranho para nós mulheres que a Ciência Política é uma área onde a presença do masculino é fortemente destacada, mesmo que isso não seja intencional.

ABCP Centro-Norte: Na sua ótica, quais são as dificuldades enfrentadas por um centro regional que ainda caminha praticamente sozinho na Amazônia, em nível de Pós-Graduação em Ciência Política?

Dolores Silva: São várias, entre elas: a dificuldade de formarmos grupos que se dediquem a temas específicos, visto que somos poucos profissionais; a falta de vínculos com cientistas políticos de outros estados do norte – começamos a nos aproximar de colegas de Rondônia, Roraima e Amapá a partir das iniciativas da ABCP Centro-Norte –; o desincentivo institucional para a inserção de temas regionais nas publicações da área, entre outros.

ABCP Centro-Norte: Qual é sua visão sobre a institucionalização da ABCP Centro-Norte?

Dolores Silva: Acredito que a ABCP Centro-Norte é a oportunidade de formarmos vínculos com outros profissionais do norte e do centro-oeste, que enfrentam problemas semelhantes aos nossos, o que nos coloca possibilidades de parcerias mais amplas.

ABCP Centro-Norte: Sabemos que o Pará é um estado repleto em assuntos de primeira relevância para as pesquisas em Ciência Política. A história do estado e as inúmeras questões globalmente impactantes ali

ocorrentes, oscilantes das grandes obras de mineração e hidroeletricidade na Volta Grande do Xingu, passando por seu caráter mundialmente estratégico no âmbito das *commodities* minerais e chegando aos dilemas sócio-ambientais do mundo contemporâneo – o que envolve desde tensões fundiárias à questão indígena – fazem do Pará um local imprescindível para os estudos políticos contemporâneos. Como vocês lidam com esse desafio?

Dolores Silva: Quando falo de desincentivo institucional para a inserção de temas regionais nas publicações da área penso na relevância dessas questões que atualmente não estão sendo tratadas com a ênfase que acredito que deveriam ter dentro das pesquisas que desenvolvemos no Programa. Precisamos ter linhas de pesquisa que contemplem a formação de pesquisadores e as publicações devem, necessariamente, ser parte dessas linhas de pesquisa. Essas diretrizes já reduzem o campo de exploração dessas temáticas, assim como também as revistas de Ciência Política que pontuam na área não têm como focos preferenciais essas temáticas. Não há um impedimento de que esses temas venham a ser de interesse nas publicações da Ciência Política, mas certamente ainda é um desafio possibilitar a visibilidade dos mesmos em nossa área. Produzimos algumas pesquisas sobre essas temáticas, mas temos que lidar com essas limitações.

ABCP Centro-Norte: Muito obrigado pela entrevista, desejamos sucesso em seus projetos futuros.

Dolores Silva: Eu que agradeço.

NA PÁGINA DA REGIONAL CENTRO-NORTE DA ABCP NO FACEBOOK VOCÊ FICA SABENDO DAS NOVIDADES DA CIÊNCIA POLÍTICA DO NORTE E DO CENTRO-OESTE, NOTÍCIAS DA DIRETORIA REGIONAL E AINDA PODE ENTRAR EM CONTATO COM A GENTE!

<https://www.facebook.com/abcpcentronorte/>

@ABCPCENTRONORTE